

# Errata do relator da CPI poupa Aleluia na última hora

José Paulo Lacerda/AE

*Integrantes da comissão falam em acordos "na calada da noite" para retirar nomes do relatório*

MARA BERGAMASCHI

**B**RASÍLIA — A divulgação de uma errata para retirar do relatório final o nome do deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) da lista dos cassados expôs ontem o fato que a CPI do Orçamento mais tentou esconder em seus três meses de trabalho: a existência de acordos políticos para limitar as investigações e poupar alguns parlamentares. A errata salvou o mandato de Aleluia, mas semeou discórdia entre os integrantes da CPI em momento que deveria ser de comemoração.

"Essa errata prova que houve um acordo na calada da noite para se retirar nomes", denunciou o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG), membro da subcomissão de emendas que teve seu trabalho elogiado até pelo presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA). "O relator vai ter de explicar não a mim, mas ao País, quando e porque essas pessoas foram poupadas", criticou, antes de sair do auditório Petrônio Portella, onde estava sendo feita a leitura do relatório.

O episódio obrigou Roberto Magalhães (PFL-PE) a deixar a mesa para dar explicações. "Houve somente um erro de impressão no Prodasen", justificou, referindo-se a um parágrafo inteiro que recomendava a punição de Aleluia. Na realidade, a exclusão de Aleluia, considerado um dos mais hábeis interlocutores do PFL no Congresso, ocorreu para equilibrar a balança da política baiana.

A confirmação de que houve um acordo político regional começou a ser comentada ainda na madrugada de ontem nos restaurantes de Brasília. O deputado Benito Gama (PFL-BA), coordenador da subcomissão de bancos, confidenciou a amigos que já havia recebido na noite de quinta-feira 34 telefonemas envolvendo direta ou indiretamente a dupla Aleluia-Uldorico Pinto (PSB-BA). Além de Benito, participaram desta articulação baiana o líder do PFL, Luís Eduardo Magalhães e o deputado José Lourenço (PFL). O senador Jutahy Magalhães (sem partido-BA) e seu filho, o deputado Jutahy Magalhães Júnior (PSBD-BA), ar-



Magalhães: "Houve somente um erro de impressão no Prodasen"

quiadversários do governador Antônio Carlos, foram os que apelaram incansavelmente em favor de Uldorico Pinto.

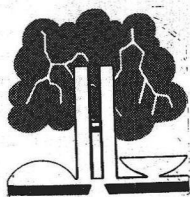
Além de Aleluia, o PFL conseguiu preservar os deputados Eraldo Tinoco, também baiano, e Paes Landim (PI). Uldorico Pinto, que continua em greve de fome, não foi o único do PSB a sair ileso: Sérgio Guerra terminou inocentado e Miguel Arraes, ambos pernambucanos, nem sequer sofreu investigação. O PPR, por sua vez, conseguiu salvar seu líder, deputado José Luiz Maia (PI). O PRN também livrou

o seu, o deputado José Carlos Vasconcellos (PE), bem como o senador Saldanha Derzi (MS). Neste aspecto, o PMDB teve menos sorte, ainda que os senadores Mauro Benevides (CE), Humberto Lucena (PB) e Mansueto de Lavor (PE) tenham sido inocentados, inclusive com direito a elogios para Benevides no relatório final.

"Não aceito esta operação-abafa", denunciou o líder do PDT, Luiz Salomão (RJ), inconformado sobretudo

com a não-punição de Vasconcellos, Landim, Maia e Derzi. "As subcomissões apresentaram indicações consistentes que não podem ser desrespeitadas pelo relator porque ele recebeu pressões", desabafou. Os acobertamentos denunciados por Salomão não aconteceram apenas na reta final da CPI. Desde meados de novembro, quando foram confiscados os arquivos da Construtora Norberto Odebrecht, a CPI passou a fazer um sorrateiro jogo de esconde-esconde. Ao mesmo tempo, passou a ouvir alguns envolvidos em ritmo acelerado, não dando tempo aos membros das subcomissões de preparar questionários e coletar provas.

Naquela ocasião, a CPI decidiu investigar somente os nomes que apareciam nos disquetes da Odebrecht, acompanhados por indicação de percentuais. Não investigou, por exemplo, a lista dos que receberam brindes — o que livrou de constrangimentos a deputada Roseana Sarney (PFL-MA), filha do ex-presidente José Sarney. Também decidiu ignorar a listagem dos deputados e senadores qualificados como passíveis de acesso pela empreiteira. Teve motivos para isso: nesta lista estava incluído o nome do presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), do então líder do governo, Roberto Freire (PPS-PE), e do líder do PFL, senador Marco Maciel (PE).



**EPISÓDIO  
FORÇOU  
EXPLICAÇÕES  
DE MAGALHÃES**